



**Prefeitura de Manaus**  
**Manaus Previdência – MANAUSPREV**  
**Concurso Público para Provimento de Cargos de**  
**Analista Previdenciário – Especialidade Administração**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA**

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos

## INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

As consequências são a pedra de toque dos princípios.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde à sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

### ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

**Atenção:** Para responder às questões de números 1 a 5, considere o trecho do livro **O elogio do vira-lata e outros ensaios**, de Eduardo Giannetti.

*A ciência destrói o seu passado. Os clássicos da literatura científica, como os tratados hipocráticos, o Le Monde de Descartes ou a Philosophia Botanica de Lineu, foram obras que marcaram época, mas que a passagem do tempo reduziu à condição de peças de antiquário e objeto de interesse restrito a especialistas em história da ciência. Nenhum cientista que se preze aprende o seu ofício destrinchando os clássicos de sua disciplina.*

*Com a filosofia é diferente. Os clássicos da literatura filosófica, como os diálogos platônicos, as Meditações de Descartes ou o Leviatã de Hobbes, são obras que parecem dotadas do dom da eterna juventude. Embora também se prestem à lupa antiquária do historiador de ideias, elas conseguem de algum modo driblar o tempo e falar diretamente aos espíritos vivos das novas gerações. A filosofia, como a arte, não enterra o seu passado.*

*A diferença, é certo, resulta em parte da ausência de um critério bem definido de progresso na história da filosofia. Mas não é só. A consciência da nossa ignorância cresce de mãos dadas com o avanço do saber científico. Como observa com certa malícia Adam Smith na Teoria dos Sentimentos Morais, ao comentar a dificuldade de refutar conclusivamente teorias no campo da ética, a progressividade das ciências naturais também reflete a sua maior vulnerabilidade e propensão ao erro.*

(GIANNETTI, Eduardo. **O elogio do vira-lata e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018)

1. De acordo com o autor,
  - (A) a diferença entre ciência e filosofia restringe-se à ausência de um critério bem fundamentado do que seja progresso.
  - (B) a ausência de um critério bem definido do que seja progresso acabou por extrapolar o âmbito da filosofia, contaminando a literatura científica.
  - (C) a literatura filosófica, ao assumir de forma irrestrita a ideia de progressividade, acabou por alcançar o rigor e a consistência característicos da ciência.
  - (D) o avanço do saber científico acabará por resgatar a contribuição decisiva dos clássicos da literatura científica.
  - (E) a ausência de uma concepção rigorosa de progressividade no âmbito da filosofia é uma razão pela qual obras filosóficas parecem resistir à passagem do tempo.

2. *Embora também se prestem à lupa antiquária do historiador de ideias, elas conseguem de algum modo driblar o tempo e falar diretamente aos espíritos vivos das novas gerações.* (2º parágrafo)

Considerando o contexto, este trecho pode ser reescrito, sem prejuízo para o seu sentido, do seguinte modo:

- (A) As obras científicas, por se prestarem também à lupa antiquária do historiador de ideias, conseguem de algum modo driblar o tempo e falar diretamente aos espíritos vivos das novas gerações.
- (B) As obras filosóficas, ainda que também se prestem à lupa antiquária do historiador de ideias, conseguem de algum modo driblar o tempo e falar diretamente aos espíritos vivos das novas gerações.
- (C) As ideias do historiador, não obstante também se prestem à sua lupa antiquária, conseguem de algum modo driblar o tempo e falar diretamente aos espíritos vivos das novas gerações.
- (D) As obras científicas, posto que também se prestam à lupa antiquária do historiador de ideias, conseguem de algum modo driblar o tempo e falar diretamente aos espíritos vivos das novas gerações.
- (E) As obras filosóficas, na medida em que também se prestam à lupa antiquária do historiador de ideias, conseguem de algum modo driblar o tempo e falar diretamente aos espíritos vivos das novas gerações.

3. Considerando o contexto em que se insere, está empregada em **sentido depreciativo** a seguinte expressão:

- (A) *peças de antiquário* (1º parágrafo).
- (B) *espíritos vivos* (2º parágrafo).
- (C) *dom da eterna juventude* (2º parágrafo).
- (D) *novas gerações* (2º parágrafo).
- (E) *campo da ética* (3º parágrafo).



4. Considere os seguintes trechos do texto.

- I. *Nenhum cientista que se preze aprende o seu ofício destrinchando os clássicos de sua disciplina.* (1º parágrafo)
- II. *Embora também se prestem à lupa antiquária do historiador de ideias, elas conseguem de algum modo driblar o tempo e falar diretamente aos espíritos vivos das novas gerações.* (2º parágrafo)
- III. *A filosofia, como a arte, não enterra o seu passado.* (2º parágrafo)
- IV. *A consciência da nossa ignorância cresce de mãos dadas com o avanço do saber científico.* (3º parágrafo)

Estão empregadas em sentido figurado as expressões sublinhadas em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

5. *Nenhum cientista que se preze aprende o seu ofício destrinchando os clássicos de sua disciplina.* (1º parágrafo)

O termo a que o pronome relativo da frase acima se refere é:

- (A) obras.
- (B) época.
- (C) especialistas.
- (D) ciência.
- (E) cientista.

**Atenção:** Considere o conto de Carlos Drummond de Andrade, para responder às questões de números 6 a 11.

#### A beleza total

*A beleza de Gertrudes fascinava todo mundo e a própria Gertrudes. Os espelhos pasmavam diante de seu rosto, recusando-se a refletir as pessoas da casa e muito menos as visitas. Não ousavam abranger o corpo inteiro de Gertrudes. Era impossível, de tão belo, e o espelho do banheiro, que se atreveu a isto, partiu-se em mil estilhaços.*

*A moça já não podia sair à rua, pois os veículos paravam à revelia dos condutores, e estes, por sua vez, perdiam toda a capacidade de ação. Houve um engarrafamento monstro, que durou uma semana, embora Gertrudes houvesse voltado logo para casa.*

*O Senado aprovou lei de emergência, proibindo Gertrudes de chegar à janela. A moça vivia confinada num salão em que só penetrava sua mãe, pois o mordomo se suicidara com uma foto de Gertrudes sobre o peito.*

*Gertrudes não podia fazer nada. Nascera assim, este era o seu destino fatal: a extrema beleza. E era feliz, sabendo-se incomparável. Por falta de ar puro, acabou sem condições de vida, e um dia cerrou os olhos para sempre. Sua beleza saiu do corpo e ficou pairando, imortal. O corpo já então enfezado de Gertrudes foi recolhido ao jazigo, e a beleza de Gertrudes continuou cintilando no salão fechado a sete chaves.*

(ANDRADE, Carlos Drummond de. **Contos plausíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012)

6. No conto, o narrador caracteriza a postura de Gertrudes em relação à própria beleza como

- (A) apática.
- (B) resignada.
- (C) melancólica.
- (D) ressentida.
- (E) desiludida.



7. O termo que qualifica o substantivo, conferindo a ele ideia de inexorabilidade, compõe a seguinte expressão:
- (A) *beleza total* (título).
  - (B) *capacidade de ação* (2º parágrafo).
  - (C) *lei de emergência* (3º parágrafo).
  - (D) *destino fatal* (4º parágrafo).
  - (E) *extrema beleza* (4º parágrafo).
- 
8. O narrador recorre a um eufemismo no seguinte trecho:
- (A) *Os espelhos pasmavam diante de seu rosto* (1º parágrafo)
  - (B) *um dia cerrou os olhos para sempre* (4º parágrafo)
  - (C) *partiu-se em mil estilhaços* (1º parágrafo)
  - (D) *os veículos paravam à revelia dos condutores* (2º parágrafo)
  - (E) *o mordomo se suicidara com uma foto* (3º parágrafo)
- 
9. O narrador relata uma série de eventos ocorridos no passado. Um evento anterior a esse tempo passado está indicado pela forma verbal sublinhada em
- (A) *A moça vivia confinada num salão em que só penetrava sua mãe, pois o mordomo se suicidara com uma foto de Gertrudes sobre o peito.* (3º parágrafo)
  - (B) *A beleza de Gertrudes fascinava todo mundo e a própria Gertrudes.* (1º parágrafo)
  - (C) *Era impossível, de tão belo, e o espelho do banheiro, que se atreveu a isto, partiu-se em mil estilhaços.* (1º parágrafo)
  - (D) *A moça já não podia sair à rua, pois os veículos paravam à revelia dos condutores, e estes, por sua vez, perdiam toda a capacidade de ação.* (2º parágrafo)
  - (E) *Por falta de ar puro, acabou sem condições de vida, e um dia cerrou os olhos para sempre.* (4º parágrafo)
- 
10. A frase que pode ser transposta para a voz passiva está em:
- (A) *Os espelhos pasmavam diante de seu rosto* (1º parágrafo).
  - (B) *A moça já não podia sair à rua* (2º parágrafo).
  - (C) *O Senado aprovou lei de emergência* (3º parágrafo).
  - (D) *os veículos paravam à revelia dos condutores* (2º parágrafo).
  - (E) *o mordomo se suicidara com uma foto de Gertrudes* (3º parágrafo).
- 
11. *As palavras podem mudar de classe gramatical sem sofrer modificação em sua forma. A este processo de enriquecimento vocabular pela mudança de classe das palavras dá-se o nome de derivação imprópria.*
- (Celso Cunha. **Gramática essencial**, 2013. Adaptado.)
- Verifica-se um exemplo de derivação imprópria no seguinte trecho:
- (A) *Não ousavam abranger o corpo inteiro* (1º parágrafo).
  - (B) *A moça já não podia sair à rua* (2º parágrafo).
  - (C) *Houve um engarrafamento monstro* (2º parágrafo).
  - (D) *A moça vivia confinada num salão* (3º parágrafo).
  - (E) *Sua beleza saiu do corpo* (4º parágrafo).



**Atenção:** Considere a crônica de Machado de Assis, publicada em 09 de fevereiro 1896, para responder às questões de números 12 a 15.

*Pessoa que já serviu na polícia secreta de Londres e de New York tem anunciado nos nossos diários que oferece os seus préstimos para descobrir coisas furtadas ou perdidas. Não publica o nome; prova de que é realmente um ex-secreta\* inglês ou americano. A primeira ideia do ex-secreta local seria imprimir o nome, com indicação da residência. Não há ofício que não traga louros, e os louros fizeram-se para os olhos dos homens. Não tenho perdido nada, nem por furto, nem por outra via; deixo de recorrer aos préstimos do anunciante, mas aproveito esta coluna para recomendá-los aos meus amigos e leitores.*

*Pois que a fortuna trouxe às nossas plagas um perfeito conhecedor do ofício, erro é não aproveitá-lo. Não se perdem somente objetos: perdem-se também vidas, nem sempre se sabe quem é que as leva. Ora, conquanto não se achem as vidas perdidas, importa conhecer as causas da perda, quando escapam à ação da lei ou da autoridade. Não foi assassinio, mas suicídio, o dessa Ambrosina Cananeia, que deixou a vida esta semana. Era uma pobre mulher trabalhadeira, com dois filhos adolescentes e mãe valetudinária\*\*; morava nos fundos de uma estalagem da rua da Providência. O filho era empregado, a filha aprendia a fazer flores... Não sei se te lembras do acontecimento: tais são os casos de sangue destes dias que é natural vir o fastio e ir-se a memória. Pois fica lembrado.*

*A causa do suicídio não foi a pobreza, ainda que a pessoa fosse pobre. Nem desprezo de homem, nem ciúmes. A carta deixada dizia em começo: "Vou dar-te a última prova de amizade... É impossível mais tolerar a vida por tua causa; deixando eu de existir, você deixa de sofrer." Você é uma mocinha de dezesseis anos, vizinha, dizem que bonita, amiga da morta. Segundo a carta, a mocinha era castigada por motivo daquela afeição, tudo de mistura com um casamento que lhe queriam impor.*

*O que é único, é esta amiga que se mata para que a outra não padeça. A outra era diariamente espancada, quase todos os vizinhos o sabiam pelos gritos e pelo pranto da vítima – "tudo por causa da nova amizade". Não podendo atalhar o mal da amiga, Ambrosina buscou um veneno, meteu no seio as cartas da amiga e acabou com a vida em cinco minutos. "Adeus, Matilde; recebo o meu último suspiro".*

*Os tempos, desde a antiguidade, têm ouvido suspiros desses, mas não são últimos. Que a morte de uma trouxesse a da outra, voluntária e terrível, não seria comum, mas confirmaria a amizade. As afeições grandes podem não suportar a viuvez. Quem eu quisera ouvir sobre isto era o ex-secreta de Londres e de New York, onde a polícia pode ser que penetre além do delito e suas provas, e passeie na alma da gente, como tu, por tua casa.*

\* secreta: agente secreto.

\*\* valetudinário: que ou o que é de constituição física débil, doentia, sempre sujeito a enfermidades.

(Adaptado de: ASSIS, Machado de. **Crônicas escolhidas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013)

12. O cronista dirige-se explicitamente a seu leitor no seguinte trecho:

- (A) *Ora, conquanto não se achem as vidas perdidas, importa conhecer as causas da perda, quando escapam à ação da lei ou da autoridade.* (2º parágrafo)
- (B) *Não sei se te lembras do acontecimento: tais são os casos de sangue destes dias que é natural vir o fastio e ir-se a memória.* (2º parágrafo)
- (C) *Vou dar-te a última prova de amizade... É impossível mais tolerar a vida por tua causa; deixando eu de existir, você deixa de sofrer.* (3º parágrafo)
- (D) *Você é uma mocinha de dezesseis anos, vizinha, dizem que bonita, amiga da morta.* (3º parágrafo)
- (E) *Os tempos, desde a antiguidade, têm ouvido suspiros desses, mas não são últimos.* (5º parágrafo)



13. Retoma uma expressão mencionada anteriormente no texto o termo sublinhado em:
- (A) *nem sempre se sabe quem é que as leva* (2º parágrafo).
  - (B) *importa conhecer as causas da perda* (2º parágrafo).
  - (C) *a filha aprendia a fazer flores* (2º parágrafo).
  - (D) *ainda que a pessoa fosse pobre* (3º parágrafo).
  - (E) *esta amiga que se mata para que a outra não padeça* (4º parágrafo).

14. Considere os seguintes trechos da crônica.

- I. *Não tenho perdido nada, nem por furto, nem por outra via; deixo de recorrer aos préstimos do anunciante, mas aproveito esta coluna para recomendá-los aos meus amigos e leitores.* (1º parágrafo)
- II. *Os tempos, desde a antiguidade, têm ouvido suspiros desses, mas não são últimos. Que a morte de uma trouxesse a da outra, voluntária e terrível, não seria comum, mas confirmaria a amizade.* (5º parágrafo)
- III. *Quem eu quisera ouvir sobre isto era o ex-secreta de Londres e de New York, onde a polícia pode ser que penetre além do delito e suas provas, e passeie na alma da gente, como tu, por tua casa.* (5º parágrafo)

Verifica-se o emprego de vírgula para assinalar a elipse de um verbo em

- (A) I, apenas.
  - (B) II, apenas.
  - (C) III, apenas.
  - (D) II e III, apenas.
  - (E) I, II e III.
15. Em *Ora, conquanto não se achem as vidas perdidas, importa conhecer as causas da perda, quando escapam à ação da lei ou da autoridade.* (2º parágrafo), a oração sublinhada expressa, em relação à oração que a sucede, ideia de
- (A) condição.
  - (B) consequência.
  - (C) causa.
  - (D) proporção.
  - (E) concessão.

### Raciocínio Lógico-Matemático

16. Ao longo de um mês, uma vinícola produz seis lotes de um vinho. Os lotes são numerados sequencialmente de 1 a 6, conforme vão sendo fabricados, o que quer dizer que o primeiro a ser fabricado é o lote 1, depois o lote 2 e assim sucessivamente até o lote 6. Para a venda dos lotes, o setor responsável deve sempre vender primeiro os lotes em estoque que foram fabricados mais recentemente. Se os seis lotes foram vendidos nesse mês, uma ordem das vendas que **NÃO** atende às orientações da empresa é
- (A)  $\underline{2-3-1-4-5-6} \rightarrow$
  - (B)  $\underline{1-2-3-5-4-6} \rightarrow$
  - (C)  $\underline{1-3-5-6-2-4} \rightarrow$
  - (D)  $\underline{1-2-3-4-5-6} \rightarrow$
  - (E)  $\underline{6-5-4-3-2-1} \rightarrow$



17. O algarismo da unidade de milhar do resultado da potência  $\underbrace{(777\dots77)}_{100 \text{ algarismos}}^2$  é igual a
- (A) 9.  
(B) 1.  
(C) 3.  
(D) 7.  
(E) 0.
- 
18. Considerando que a proposição “Todos os advogados já leram a Constituição” seja verdadeira, Rui conclui que:
- I. se André leu a Constituição, então ele é advogado;  
II. se Bernardo não leu a constituição, então ele não é advogado;  
III. se Cléber não é advogado, então ele não leu a constituição.
- Das conclusões de Rui, APENAS
- (A) I está correta.  
(B) II está correta.  
(C) III está correta.  
(D) I e III estão corretas.  
(E) II e III estão corretas.
- 
19. Um fabricante vende, à vista, um grande rolo de fio elétrico para um comerciante por R\$ 1.800,00 com a garantia de que o comerciante poderia devolver o que não conseguisse vender no prazo de um mês recuperando o valor correspondente ao fio devolvido. No mês vigente da transação, o comerciante conseguiu vender  $\frac{19}{20}$  do que havia comprado, tendo faturado R\$ 1.983,60 por essa venda. Com a devolução da quantidade de fio que não conseguiu vender e considerando efetivamente apenas o valor que ele gastou com o fio, após feita a devolução, e o valor da venda, o comerciante teve um lucro total na operação de compra e venda do fio elétrico de
- (A) 12%.  
(B) 15%.  
(C) 16%.  
(D) 18%.  
(E) 19%.
- 
20. O segurança do bloco A de uma empresa precisa registrar sua digital em um equipamento de 16 em 16 minutos. Nesse mesmo equipamento, o segurança do bloco B precisa registrar sua digital de 48 em 48 minutos. Se os dois seguranças registraram juntos suas digitais às 9h15 e terminam seu expediente de trabalho às 16h30, o último horário do expediente que eles irão registrar juntos suas digitais no equipamento será às
- (A) 16h27.  
(B) 15h55.  
(C) 16h11.  
(D) 16h19.  
(E) 15h39.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Administração**

21. No curso da evolução dos estudos e abordagens teóricas sobre Administração, a Escola Clássica teve como um de seus expoentes o francês Henri Fayol, que apresentou alguns princípios indispensáveis a serem considerados em uma estrutura organizacional, dentre eles o da cadeia escalar, o qual
- (A) propunha superar o dogma de unidade de direção, substituindo a verticalização por centros de coordenação integrados por objetivos.
  - (B) buscava mitigar a ideia então vigente de unidade absoluta de comando, introduzindo o conceito de descentralização por funções ou tarefas.
  - (C) contrapunha-se ao conceito da Escola Burocrática, e propunha abolir a estabilidade de pessoal, a fim de aumentar a eficiência no desempenho das atividades.
  - (D) predicava uma linha de autoridade contínua, partindo do topo da hierarquia até os níveis mais baixos de quem executa a ordem ou comando.
  - (E) predicava o escalonamento das funções de acordo com seu grau de relevância na organização e a criação de centros decisórios dotados de autonomia correspondente a tal graduação.
- 
22. Uma determinada organização que apresente estrutura matricial apresenta alguns diferenciais em relação a outras com estrutura tipicamente divisional, especialmente em função da
- (A) faculdade de apuração de lucro ou prejuízo em cada unidade da estrutura, que passa a ser considerada um centro de custos autônomo.
  - (B) presença de centros de resultado como unidades da estrutura de caráter temporário, vinculadas à execução e ao tempo de duração de determinado projeto.
  - (C) separação das unidades da estrutura por área geográfica ou região e não mais apenas por atividade ou produto.
  - (D) departamentalização pelo critério funcional no primeiro nível, segmentado nas funções de produção, comercialização e administração.
  - (E) ausência de uma administração central, com a atribuição de todo o plexo de funções, administrativas e decisórias, a cada núcleo de produção.
- 
23. Suponha que a MANAUSPREV, em um processo de preenchimento para uma única posição de livre provimento, tenha decidido valer-se de ferramentas de seleção utilizadas em organizações privadas. Contudo, tratando-se de cargo novo, não havia ainda clareza das atribuições a serem desempenhadas. Nesse contexto,
- (A) uma ferramenta útil seria a hipótese de trabalho, que permite uma previsão aproximada do conteúdo do cargo quando o mesmo não está previamente descrito.
  - (B) caberia adotar o modelo dos incidentes críticos, a partir do qual são definidas as atribuições adequadas a determinada posição no organograma da organização.
  - (C) afigura-se pertinente adotar a técnica de análise do cargo, voltada ao levantamento dos aspectos intrínsecos do cargo (tarefas e atribuições).
  - (D) a seleção deve ser precedida da identificação dos aspectos extrínsecos do cargo, como habilidades requeridas para seu desempenho, denominada descrição inversa.
  - (E) a análise do cargo no mercado é uma ferramenta capaz de fornecer referencial para seleção de candidatos, desde que adotado modelo de colocação.
- 
24. Existem diversos métodos para gestão de estoques e controle dos custos correspondentes. Alguns são bastante utilizados, especialmente pelo fato de apresentarem contabilização dos custos aceita para fins fiscais, entre os quais
- (A) o UEPS, que calcula o giro médio a partir do custo das primeiras unidades adquiridas subtraindo as lançadas no estoque, sendo, portanto, um critério cronológico puro.
  - (B) o PEPS, onde o custo do estoque leva em conta as aquisições mais recentes, ou seja, precificam-se apenas os últimos itens a sair do estoque, e expurgam-se as perdas estimadas.
  - (C) a Média Ponderada Móvel, onde o estoque é controlado permanentemente, calculando-se o preço médio do patrimônio estocado.
  - (D) a curva ABC, que expurga até vinte por cento dos itens de estoque para fins de cálculo do total estocado, em função da alta rotatividade.
  - (E) o *just in time*, que preconiza a manutenção de estoque máximo dos itens com maior giro, contabilizando-se apenas os custos de reposição.
- 
25. Os estilos de liderança costumam ser comparados do ponto de vista do papel exercido pelo líder em relação aos liderados. Nesse sentido, o líder transacional difere do transformacional, entre outros aspectos, pelo fato de o primeiro
- (A) explorar atributos pessoais, como carisma, para inspirar os liderados, que passam a atuar como discípulos da filosofia proposta.
  - (B) buscar o crescimento dos liderados, oferecendo aconselhamento e orientação permanente e individualizada.
  - (C) não abdicar das responsabilidades e da tomada de decisões, ao contrário do segundo, que adota como princípio o *laissez-faire*.
  - (D) envolver os liderados na missão da organização, evitando atrelar recompensas a resultados.
  - (E) oferecer recompensas contingentes, baseadas na troca a partir de resultados alcançados pelos liderados.



26. Considere que um gestor da MANAUSPREV tenha se defrontado com circunstância que demandou uma tomada de decisão e tenha encontrado a orientação acerca da conduta a ser adotada em manual de procedimentos institucionais, contendo o conjunto de ações preconizadas para problemas correntes no setor. A situação narrada indica que a decisão tomada
- (A) não possui elemento volitivo, sendo tecnicamente considerada uma decisão institucional e não individual.
  - (B) corresponde a uma decisão classificada como programada, adequada para problemas já enfrentados anteriormente e cujo curso de ação para solução já é conhecido.
  - (C) é classificada como ação não programada, que prescinde de elaboração intelectual e que não constitui uma decisão em sentido técnico.
  - (D) é classificada como racional, categoria na qual se enquadram apenas as decisões com alto grau de automatização, em contraposição às de caráter criativo.
  - (E) apresenta uma das principais falhas indicadas pela literatura, pois o agente abdicou indevidamente do elemento criatividade para a solução do problema.
- 
27. De acordo com a Teoria da Hierarquia das Necessidades Humanas, desenvolvida por Abraham Maslow, a satisfação das necessidades fisiológicas, ligadas à sobrevivência,
- (A) possui diferentes graus de relevância conforme se trate de posições mais ou menos elevadas na pirâmide da hierarquia de cada organização, não figurando como fator motivacional para as posições do topo da pirâmide de Maslow.
  - (B) por ser a mais básica dos seres humanos, ligada à proteção contra ameaças e privações, não deve ser considerada para fins motivacionais no ambiente organizacional.
  - (C) pode figurar com maior ou menor peso na escala variável de prioridades proposta pelo autor para os fatores motivacionais, pois sua relevância oscila em termos relativos de indivíduo para indivíduo.
  - (D) apresenta-se na forma de uma escala gráfica desenvolvida pelo autor, graduada conforme se trate de fatores indutores de motivação ou, na outra ponta, como incentivos negativos de condutas indesejadas.
  - (E) situa-se na base da pirâmide que o autor propõe para hierarquizar os fatores motivacionais, em cujo topo situam-se as aspirações humanas mais elevadas, de realização pessoal e profissional.
- 
28. Na gestão de um projeto prioritário da MANAUSPREV, foi adotada a metodologia Critical Path Method (CPM), em contraposição a outro método anteriormente adotado, o Program Evaluation and Review Technique (PERT). Entre os aspectos comuns e específicos presentes nos referidos métodos, potencialmente considerados na escolha feita, tem-se que
- (A) o CPM identifica os pontos críticos na concepção de um projeto e propõe aprimoramentos no seu desenvolvimento, enquanto o PERT atua apenas na dimensão de gerenciamento da execução do projeto.
  - (B) o CPM preconiza que todas as etapas e atividades envolvidas em um projeto são críticas para determinar o cumprimento de seu cronograma, enquanto o PERT elege apenas alguns marcos para monitoramento.
  - (C) o CPM propõe, por meio do conceito de caminho crítico, identificar as atividades que não podem sofrer atrasos, enquanto o PERT calcula o tempo de duração de um projeto a partir da média ponderada de estimativas de tempo das atividades (otimista, pessimista e provável).
  - (D) ambas avaliam os riscos envolvidos na execução de projetos e atuam no monitoramento, sendo que o CPM predica uma ponderação de probabilidade de êxito global, e o PERT propõe a identificação de atividades de maior ou menor risco.
  - (E) o CPM atua apenas em ações corretivas, apresentando alternativas quando são identificados falhas ou atrasos na execução de um projeto, enquanto o PERT é voltado ao diagnóstico e à prevenção de falhas potenciais.

### Administração Pública

29. Suponha que a MANAUSPREV pretenda contratar uma sociedade de economia mista controlada pelo Estado, cujo objeto é a prestação de serviços de Tecnologia da Informação (TI), para implantação de um programa de TI com ferramentas para melhorar o fluxo de processos internos e reduzir o tempo de processamento das concessões de benefícios. Para tanto, a fim de reduzir a burocracia envolvida na contratação, pretende valer-se de hipótese de dispensa de licitação, na forma disciplinada pela Lei nº 8.666/1993. A contratação direta, com dispensa de licitação para tal objeto, afigura-se
- (A) inadequada, sendo caso de licitação dispensada e não de dispensa de licitação, por se tratar de entidade integrante do Poder Executivo da mesma esfera de governo.
  - (B) viável, por se tratar de serviço técnico especializado, presumindo-se a notória especialização da empresa em razão de seu objeto social.
  - (C) viável, desde que a empresa tenha sido criada antes da edição da Constituição federal e conte com essa finalidade específica em seu objeto social.
  - (D) inviável, pois a hipótese legal de dispensa destina-se à pessoa de direito público controladora da empresa instituída para tal finalidade.
  - (E) adequada, devendo ser comprovado, contudo, que o preço proposto apresenta-se significativamente abaixo do praticado no mercado por potenciais concorrentes.



30. Considere que determinada entidade integrante da Administração pública tenha contratado a prestação de serviços de limpeza e, subsequentemente, em função da instituição de teletrabalho dos servidores e desativação de alguns andares, tenha decidido, unilateralmente, pela redução dos quantitativos originalmente contratados. A empresa insurgiu-se contra a redução, alegando alteração do objeto licitado e desequilíbrio econômico-financeiro. Na situação posta, de acordo com as disposições legais aplicáveis, a contratada
- (A) está obrigada a aceitar a alteração unilateral, desde que limitada a 25% do valor inicial original atualizado do contrato.
  - (B) deve ser indenizada em função de lucros cessantes, independentemente do percentual de redução do objeto.
  - (C) pode rescindir administrativamente o contrato, salvo se comprovada situação de excepcional interesse público justificadora da redução.
  - (D) não estará obrigada a acatar quaisquer supressões impostas pela Administração, as quais somente podem ser implementadas consensualmente.
  - (E) está correta, pois apenas acréscimos quantitativos inserem-se na prerrogativa de alteração unilateral pela Administração.
- 
31. O Estado promoveu a alienação de diversos imóveis que estavam sem destinação pública e aplicou o produto de tal alienação para cobertura da folha de pessoal ativo e também do déficit dos servidores sujeitos ao regime próprio de previdência estadual. A medida foi questionada pelos órgãos de controle, por potencial afronta às disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que disciplinam a preservação do patrimônio público. Tal impugnação
- (A) afigura-se totalmente procedente, eis que a LRF determina que as receitas de capital somente podem ser aplicadas em despesas de capital, ou seja, em investimentos, sem exceção.
  - (B) encontra fundamento em relação à cobertura da folha, sendo que a LRF ampara a aplicação de receitas provenientes da alienação de ativos (de capital) na cobertura de déficit previdenciário, quando a destinação seja prevista em lei.
  - (C) terá fundamento somente se o ente tiver extrapolado os limites de despesa de pessoal fixados na LRF, devendo, neste caso, adotar as medidas prévias de recondução aos limites antes de qualquer aporte de capital destinado a pessoal ativo ou inativo.
  - (D) tem fundamento apenas em relação à cobertura de déficit previdenciário, que somente pode ser coberto com receitas decorrentes das contribuições de ativos, inativos e dotações orçamentárias suportadas por receitas correntes.
  - (E) não tem fundamento, pois a LRF não apresenta qualquer vedação para aplicação de receitas de capital em despesas de custeio em geral, desde que mediante abertura de créditos especiais, autorizados em lei.
- 
32. Entre os elementos que devem instruir obrigatoriamente a Lei Orçamentária Anual (LOA), na forma descrita na Lei de Responsabilidade Fiscal, insere-se a reserva de contingência,
- (A) destinada à cobertura de despesas imprevistas, não constantes da LOA, caracterizando, quando de seu acionamento, operação de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO).
  - (B) que somente pode ser acessada em hipótese de frustração da previsão de arrecadação, e destinada à cobertura de despesas prioritárias com saúde e educação.
  - (C) formada a partir do contingenciamento de dotações orçamentárias, mediante limitação de empenho, excetuadas as programações financeiras de caráter obrigatório.
  - (D) correspondente a 1,5% da receita corrente líquida apurada a cada quadrimestre, somente podendo ser utilizada em situação de calamidade pública.
  - (E) em montante estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), passível de utilização para cobertura de riscos e eventos fiscais imprevistos.
- 
33. O direito do cidadão ao conhecimento de informações pessoais constante de banco de dados de entidade governamental, mediante *habeas data*, constitui expressão do(s) princípio(s) da
- (A) presunção de veracidade, incidente sobre informações e dados pessoais que os torna imutáveis a partir do seu tratamento por autoridade pública.
  - (B) supremacia do interesse público, eis que o sigilo de bancos de dados oficiais somente pode ser afastado por ordem judicial.
  - (C) publicidade, assegurando-se, ainda, o direito de solicitar a retificação de dados incorretos, se não preferir fazê-lo pela via administrativa.
  - (D) presunção de legitimidade da conduta da Administração e sigilo de fonte, o que afasta a possibilidade da solicitação de divulgação e de retificação pela via administrativa.
  - (E) publicidade, que assegura o direito à obtenção da informação, e supremacia do interesse público, que concede à Administração a prerrogativa de não efetuar retificações.
- 
34. Considere que o Estado pretenda conceder à iniciativa privada a exploração de uma rodovia estadual e, restando evidenciado que a receita tarifária obtida mediante a cobrança de pedágio dos usuários não seria suficiente para cobertura dos custos operacionais e dos investimentos a cargo da concessionária, poderá firmar concessão
- (A) administrativa, com pagamento de contraprestação, pelo Poder Concedente, não superior a 70% da receita global da concessionária.
  - (B) patrocinada, com pagamento de contraprestação pelo Poder Concedente, condicionado à existência de parcela fruível.
  - (C) comum, com aporte vinculado à disponibilização dos serviços e contraprestação pecuniária paga no ritmo da execução dos investimentos.
  - (D) administrativa, com aporte de capital do poder concedente na sociedade de propósito específico constituída pelo parceiro privado.
  - (E) comum, com aportes na forma de subvenção econômica, condicionada à prévia autorização legislativa.



35. O princípio da segurança jurídica
- (A) impõe à Administração a obrigação de motivar os atos vinculados, explicitando os motivos determinantes para a correspondente edição.
- (B) impede a anulação de atos administrativos pela própria Administração, sendo necessário buscar a tutela do Judiciário para tanto.
- (C) impede alterações legislativas que imponham frustração de expectativa de direito individual.
- (D) impede apenas a anulação de atos vinculados, autorizando a anulação administrativa de atos discricionários.
- (E) não impede a Administração de revogar atos discricionários por razões de conveniência e oportunidade, com base na autotutela.
- 
36. A vedação constitucional à inclusão de elementos, em publicidade oficial, de obras e programas que caracterizem promoção de autoridades e servidores, responde ao princípio da
- (A) impessoalidade, sem configurar dissonância com o princípio da publicidade, também observado por tal comando.
- (B) razoabilidade, que limita a aplicação do princípio da impessoalidade ou finalidade.
- (C) especialidade, que impõe a segregação do ato administrativo em relação à autoridade prolatora.
- (D) moralidade, afastando, por sobreposição, a incidência do princípio geral da publicidade.
- (E) hierarquia, o qual predica que o interesse da coletividade se sobrepõe ao interesse dos particulares e dos agentes públicos.

### Contabilidade Geral

37. A empresa Rotineira S.A. apresentava, em 31/12/2017, a seguinte situação patrimonial, com valores em reais:

Ativo	Passivo e PL
Caixa e Equivalentes ..... 230.000	Adiantamentos de clientes..... 120.000
Estoques ..... 110.000	Capital Social..... 220.000
Total do Ativo..... 340.000	Total do Passivo e PL..... 340.000

As seguintes transações foram realizadas pela empresa no mês de janeiro de 2018:

Data	Operação
05/01/2018	Recebimento antecipado no valor de R\$ 24.000,00 de um cliente, para que a Cia. lhe entregue produtos em fevereiro de 2018.
12/01/2018	Compra de Estoque no valor de R\$ 46.000,00, com pagamento à vista.
15/01/2018	Pagamento antecipado de R\$ 64.000,00 para que determinado fornecedor entregue mercadorias para a empresa Rotineira S.A. até o final do mês.
20/01/2018	Venda de Estoque por R\$ 176.000,00 que será recebido em março de 2018. O custo das mercadorias entregues foi R\$ 70.000,00 e os tributos incidentes sobre a venda, no valor de R\$ 14.000,00, serão pagos em fevereiro de 2018.
25/01/2018	Recebimento das mercadorias correspondentes ao pagamento efetuado no dia 15/01/2018.
28/01/2018	Entrega das mercadorias cujo valor foi recebido anteriormente pela empresa e que constava no Balanço Patrimonial de 31/12/2017. O custo das mercadorias entregues foi R\$ 30.000,00.
31/01/2018	Pagamento dos salários referentes ao mês de janeiro de 2018 no valor de R\$ 18.000,00.

Após o registro das operações acima, o valor total do Ativo da empresa Rotineira S.A., em 31/01/2018, era, em reais,

- (A) 422.000,00
- (B) 408.000,00
- (C) 358.000,00
- (D) 438.000,00
- (E) 376.000,00



38. Uma empresa adquiriu produtos para revenda e pagou os seguintes valores:

- Valor total pago ao fornecedor dos produtos: R\$ 460.000,00
- Valor pago por um seguro para transportar os produtos até a empresa: R\$ 12.000,00
- No valor total pago ao fornecedor dos produtos adquiridos estavam incluídos os seguintes tributos:
  - Tributos recuperáveis: R\$ 64.000,00
  - Tributos não recuperáveis: R\$ 36.000,00

Todos os produtos adquiridos foram vendidos por R\$ 1.000.000,00 à vista, tendo sido concedido um desconto de 10% no momento da venda. Sobre o valor líquido da venda houve a incidência de impostos sobre vendas no valor de R\$ 106.000,00 e a empresa pagou R\$ 24.000,00 de comissão para seus vendedores. O valor do lucro bruto apurado pela empresa, relacionado apenas com estas transações de compra e venda foi, em reais,

- (A) 492.000,00
- (B) 322.000,00
- (C) 386.000,00
- (D) 362.000,00
- (E) 358.000,00

39. O Balanço Patrimonial da empresa Ilusionismo S.A. apresentava, em 31/12/2019, um ativo intangível com vida útil indefinida (Marca) registrado pelo valor líquido de R\$ 1.500.000,00. A composição desse valor era a seguinte:

Custo de aquisição .....	2.400.000,00
(-) Ajuste por "impairment" (calculado em 2018).....	( 900.000,00)
<b>(=) Valor contábil líquido do ativo .....</b>	<b>1.500.000,00</b>

Para a realização do teste de redução ao valor recuperável de ativos (teste de "impairment") em 31/12/2019, a empresa obteve as seguintes informações sobre esse ativo intangível:

- Valor em uso ..... R\$ 1.950.000,00
- Valor justo líquido das despesas de venda ..... R\$ 1.650.000,00

O valor contábil líquido apresentado para esse ativo intangível pela empresa Ilusionismo S.A., no Balanço Patrimonial de 31/12/2019, era, em reais,

- (A) 1.500.000,00
- (B) 1.950.000,00
- (C) 1.650.000,00
- (D) 1.800.000,00
- (E) 2.400.000,00

### Matemática Financeira

40. Maurício aplica em uma instituição financeira, um capital pelo prazo de 8 meses a uma taxa de juros simples de 7,5% ao ano. No final do período de 8 meses, ele resgata todo o montante dessa aplicação, separa R\$ 2.000,00 para pagar uma conta e aplica o restante do dinheiro em outra instituição a uma taxa de juros compostos de 3% ao trimestre durante um semestre. Se o valor dos juros correspondente à aplicação da taxa de juros compostos foi R\$ 1.157,10, o valor dos juros correspondente à primeira aplicação da taxa de juros simples foi igual, em reais, a

- (A) 750,00
- (B) 1.000,00
- (C) 950,00
- (D) 1.200,00
- (E) 2.000,00



41. Uma empresa desconta uma duplicata em um banco 3 meses antes de seu vencimento, recebendo na data do desconto o valor total de R\$ 19.520,00. Sabendo-se que utilizou a operação de desconto comercial simples e que o valor nominal da duplicata é de R\$ 20.000,00, tem-se que a taxa anual de desconto foi, em porcentagem,
- (A) 7,2
  - (B) 6,0
  - (C) 10,8
  - (D) 9,6
  - (E) 7,5
- 
42. Uma dívida no valor de R\$ 150.000,00, correspondente à aquisição de um imóvel, deverá ser quitada por meio de 60 prestações mensais consecutivas. A primeira prestação vence 1 mês após a data de aquisição. Sabendo que foi utilizado o sistema de amortização constante a uma taxa de juros de 1% ao mês, o valor da décima prestação, em reais, supera o valor da última em
- (A) 1.200,00
  - (B) 1.275,00
  - (C) 1.225,00
  - (D) 1.175,00
  - (E) 1.250,00

---

#### Noções de Direito Constitucional

43. Uma professora de ensino fundamental, que ingressou na rede privada em 2020, sem vínculo ou exercício de atividade laboral remunerada anterior, pretende manter-se na carreira até o momento de aposentar-se. Considerando esses elementos à luz das regras atuais previstas na Constituição Federal, além de comprovar tempo mínimo de efetivo exercício das funções, para que referida professora faça jus à aposentadoria, deverá cumprir
- (A) os requisitos de tempo mínimo de contribuição e idade mínima, que, no seu caso, é 57 anos.
  - (B) somente o requisito de tempo mínimo de contribuição.
  - (C) somente o requisito de idade mínima, que, no seu caso, é 57 anos.
  - (D) somente o requisito de idade mínima, que, no seu caso, é 62 anos.
  - (E) os requisitos de tempo mínimo de contribuição e idade mínima, que, no seu caso, é 62 anos.
- 
44. Brasileiro naturalizado, de 31 anos de idade, pretende concorrer a um cargo eletivo para exercício de mandato em órgãos do Poder Executivo ou Legislativo nas esferas federal ou estadual. Considerados esses elementos à luz da Constituição Federal, o interessado está apto a concorrer a
- (A) Vice-Presidente da República, mas não poderá concorrer ao cargo de Presidente da República.
  - (B) todos os cargos do Poder Legislativo, mas, se eleito, não poderá concorrer aos cargos de Presidente da Câmara dos Deputados e de Presidente do Senado Federal.
  - (C) Governador, Vice-Governador e Senador.
  - (D) Governador, Deputado Estadual e Deputado Federal, mas, se eleito, não poderá concorrer ao cargo de Presidente da Câmara dos Deputados.
  - (E) todos os cargos eletivos para exercício de mandato nas esferas estadual e federal.
- 
45. Em relação às ações que se destinam a tutelar os direitos fundamentais, a Constituição prevê que
- (A) não é admitida a ação privada nos crimes de ação pública.
  - (B) o *habeas data* é a ação cabível para assegurar o conhecimento de informações relativas ao impetrante, mas não para a retificação de dados, que demanda processo sigiloso.
  - (C) o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político, desde que tenha representação no Congresso Nacional.
  - (D) o mandado de injunção será concedido sempre que norma regulamentadora de dispositivo constitucional tornar inviável as prerrogativas inerentes à nacionalidade.
  - (E) apenas o Ministério Público e a Defensoria Pública são partes legítimas para a propositura de ação popular.



46. Considere as seguintes afirmações sobre o regime constitucional de Administração e servidores públicos:
- I. É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
  - II. A investidura em todo e qualquer cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público.
  - III. A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.
  - IV. Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis somente a brasileiros natos e naturalizados e desde que preencham os requisitos estabelecidos em lei.
- À luz da Constituição Federal, está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e III.
  - (B) I e III.
  - (C) II e IV.
  - (D) I, II e IV.
  - (E) I, III e IV.

---

### Noções de Direito Administrativo

47. Os elementos dos atos administrativos identificam-se com os elementos do contrato administrativo no que se refere
- (A) ao motivo, que consiste no pressuposto fático para a formalização do ato ou celebração do negócio jurídico, devendo sempre ser expresso e manifestado por escrito.
  - (B) à finalidade, que deve constar expressamente da legislação que fundamenta a prática do ato ou a celebração do contrato, inclusive para fins de anulação ou sustação pelos órgãos de controle.
  - (C) à competência do sujeito que representa a Administração pública, ainda que eventual vício possa ser sanável, nesse aspecto, em determinados casos.
  - (D) ao objeto, considerando que tanto o ato administrativo, quanto o contrato administrativo, devem ser formalizados e exteriorizados de forma vinculada ao que constar na legislação que autorizou sua edição ou formalização.
  - (E) à motivação, considerando que nenhum dos dois negócios jurídicos poderia ser celebrado sem expressa exposição acerca dos motivos e fundamentos para tanto.
48. A demonstração de lesão ao erário, com efetiva comprovação de desvio ou apropriação de recursos, é imprescindível para
- (A) tipificação das modalidades de ato de improbidade, prescindindo-se, no entanto, da demonstração de culpa.
  - (B) imposição de penalidade a servidor, pela tipificação de infração disciplinar que também configure ato de improbidade.
  - (C) configuração das modalidades dolosas e culposas de ato de improbidade, aliada à demonstração de ofensa aos princípios da Administração pública.
  - (D) tipificação da modalidade de ato de improbidade de mesmo nome, que autoriza a aplicação de pena de perda dos valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio do agente público responsável.
  - (E) presunção de culpa do servidor pela infração disciplinar homônima, ensejando, ademais, agravamento da pena.
49. A Nova Lei de Licitações e Contratos, Lei federal nº 14.133/2021 estabelece que
- (A) a vedação ao sigilo do procedimento de licitação é obrigatória, sendo todos os atos praticados essencialmente públicos, salvo decisão judicial.
  - (B) o autor do projeto básico poderá participar da licitação para a contratação da respectiva obra, sob qualquer modalidade.
  - (C) os profissionais organizados sob a forma de cooperativa, qualquer que seja a natureza ou o regime de funcionamento ou de distribuição de receitas, poderão participar de procedimentos de licitação por ela regidos.
  - (D) a fase preparatória ou de planejamento da licitação demanda, além da necessidade de motivação da contratação, análise dos riscos que eventualmente possam comprometer o sucesso do certame.
  - (E) a aquisição de artigos de luxo somente pode ser feita nas hipóteses em que o cronograma de entrega seja mais eficiente que no caso de artigos comuns.
50. O processo administrativo regido pela Lei Federal nº 9.784/1999
- (A) sujeita-se ao princípio da inércia, não podendo ser instaurado de ofício.
  - (B) não admite a participação de terceiros interessados, considerando o caráter sigiloso decorrente das inafastáveis operações de tratamento de dados envolvidas.
  - (C) não admite delegação de competência de qualquer natureza, considerando que todas as matérias são sujeitas à competência exclusiva.
  - (D) admite que as provas ilícitas sejam sanadas, excepcionalmente, quando se prestarem à busca da verdade real.
  - (E) permite que o interessado apresente documentos mesmo após o encerramento da fase instrutória, se antes de proferida a decisão.



51. Dentre os princípios que regem as atividades de tratamento de dados pessoais, nos termos do que estatui a Lei Federal nº 13.709/2018, o princípio
- (A) da transparência exige que o titular dos dados seja sempre informado, em qualquer operação de tratamento de dados envolvendo seu nome, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
  - (B) da finalidade exige que seja informado ao titular o propósito do tratamento de dados, a fim de que seja possível aferir a proporcionalidade e adequação da atuação do operador de dados.
  - (C) do consentimento exige ciência, anuência e autorização do titular de dados para tratamento de dados pela Administração pública, que só pode fazê-lo para execução de políticas públicas.
  - (D) do consentimento colocou fim aos bancos de dados de acesso público, tornando necessária cientificação do titular em todas as operações.
  - (E) da publicidade admite que seja solicitada ao titular de dados autorização genérica para tratamento, diferindo para momento posterior a indicação da finalidade da operação de tratamento de dados.
- 
52. A descentralização administrativa, como forma de organização da Administração pública,
- (A) implica a criação de pessoas jurídicas, de direito público ou privado, para execução das funções primordiais e essenciais da Administração central, vedada a delegação do poder de polícia.
  - (B) é compatível com a manutenção do poder de polícia pela Administração pública central, não sendo admitida a delegação do mesmo para empresas estatais.
  - (C) abrange a criação de órgãos administrativos na estrutura da Administração direta, por lei ou decreto autônomo, conforme o caso, aos quais podem ser delegadas funções típicas de Estado.
  - (D) mantém a hierarquia dos entes descentralizados à Administração central, esta que pode exercer o poder de revisão dos atos por aqueles praticados.
  - (E) significa a instituição de pessoas jurídicas com poderes de autoadministração, mediante edição de lei de criação ou de autorização, submetidas ao regime jurídico de direito público ou privado, conforme o caso.

#### Noções de Direito Previdenciário

53. Ulisses é analista do Poder Judiciário e Afrodite é professora de ensino superior lecionando em Universidade Federal de Administração, sendo ambos servidores públicos da União vinculados ao Regime Próprio da Previdência Social, e estão requerendo o direito à aposentadoria. Nesse caso, conforme regras contidas na Constituição Federal, Ulisses e Afrodite, respectivamente, devem contar com
- (A) 70 e 65 anos de idade.
  - (B) 70 e 55 anos de idade.
  - (C) 65 e 57 anos de idade.
  - (D) 62 e 57 anos de idade.
  - (E) 65 e 62 anos de idade.
- 
54. Conforme regras previstas na Constituição Federal, o Regime de Previdência Complementar dos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo
- (A) oferecerá plano de benefícios nas modalidades de contribuição definida e variável.
  - (B) será instituído na União, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo.
  - (C) será efetivado apenas por entidade aberta de previdência complementar.
  - (D) somente será efetivado por intermédio de entidade fechada de previdência complementar, de natureza pública.
  - (E) poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar, desvinculada da prévia e expressa opção do servidor.
- 
55. Nos termos da Lei nº 9.717/1998, a contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores,
- (A) não poderá ser inferior ao valor da metade da contribuição do segurado.
  - (B) não poderá exceder, a qualquer título, dois terços da contribuição do segurado.
  - (C) poderá exceder, quando houver déficit orçamentário comprovado, até o dobro da contribuição do segurado.
  - (D) não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo.
  - (E) não poderá ser superior ao triplo da contribuição do servidor ativo.



56. Conforme normas constitucionais, alteradas pela Emenda Constitucional nº 103/2019,
- (A) o regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, com contribuição exclusiva do respectivo ente federativo e de servidores ativos, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
  - (B) o servidor público da Administração direta no exercício de mandato eletivo, que for segurado de regime próprio de previdência social, não permanecerá filiado a esse regime no ente federativo de origem, devendo migrar para o regime geral.
  - (C) é vedada a complementação de aposentadorias de servidores públicos e de pensões por morte a seus dependentes sem previsão legal que extinga regime próprio de previdência social.
  - (D) poderão ser estabelecidos, por lei ordinária do ente federativo, idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores públicos em atividades exercidas com exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, sendo permitida a caracterização por categoria profissional ou ocupação.
  - (E) aplicam-se as regras contidas no artigo 40 da Constituição Federal para o Regime Próprio de Previdência Social da União, não cabendo qualquer requisito ou critério fixado para o Regime Geral de Previdência Social.

#### Legislação Municipal

57. Conforme previsto na Lei Municipal nº 870/2005 e suas alterações, o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Município de Manaus/AM, visa dar cobertura aos riscos a que estão sujeitos os beneficiários e compreende um conjunto de benefícios que atendam, dentre outras, à seguinte finalidade:
- (A) Proteção à criança e ao adolescente.
  - (B) Cuidados com a maternidade.
  - (C) Aposentadoria compulsória.
  - (D) Auxílio-reclusão.
  - (E) Acidente em serviço.
58. Nos termos da lei municipal que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Manaus/AM, são beneficiários do regime, na condição de dependente do segurado:
- (A) o companheiro, enquanto perdurar a união estável.
  - (B) o cônjuge, até o prazo de dois anos após a dissolução do casamento.
  - (C) os filhos desde que menores de dezoito anos, não emancipados de qualquer condição.
  - (D) o irmão ainda que emancipado, de qualquer condição, menor de dezoito anos.
  - (E) os avós inválidos, desde que a invalidez seja preexistente ao óbito do segurado.
59. Sobre a estrutura organizacional da Manaus Previdência (MANAUSPREV), a legislação municipal dispõe:
- (A) A MANAUSPREV é uma autarquia integrante da Administração Pública Municipal Indireta, dotada de personalidade jurídica de direito privado.
  - (B) O Conselho Municipal de Previdência é órgão colegiado consultivo, integrado por nove conselheiros titulares e respectivos suplentes.
  - (C) O Conselho Diretor é composto por Diretor-Presidente, Diretor de Administração e Finanças e Diretor de Previdência que serão nomeados pela Câmara Municipal para mandato de dois anos, sujeito a uma recondução.
  - (D) A indicação do Superintendente de Investimentos será efetuada pelo Prefeito Municipal e aprovada pelo Conselho Diretor, sendo nomeado para mandato de dois anos, admitida a recondução.
  - (E) O Quadro de Pessoal da Manausprev é composto por cargos públicos, para provimento em caráter efetivo, por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos, e em comissão, de livre nomeação e exoneração.
60. Servidor público do Município de Manaus que praticar conduta reprovável, por ação ou omissão, e em desconformidade com dever jurídico a ele imposto,
- (A) deverá responder a processo judicial, perdendo o cargo na hipótese de ser considerado culpado por crime contra Administração, hipótese em que a Administração pública está obstada de apurar os mesmos fatos.
  - (B) poderá responder a processo administrativo disciplinar, cuja instauração é ato de competência exclusiva do Chefe do Executivo.
  - (C) deverá responder a processo administrativo disciplinar, sendo competente para aplicar a pena de demissão, em tese cabível, o Prefeito Municipal.
  - (D) poderá responder a processo judicial, independentemente da natureza da infração cometida, em razão do controle judicial exercido sobre os atos da Administração.
  - (E) deverá responder a processo administrativo disciplinar, sendo competente para aplicar a pena de demissão, em tese cabível, todas as autoridades administrativas em relação a seus subordinados.